

2
0
0
7

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2007	2006
Circulante	10.054	10.862
Numerário Disponível	360	260
Aplicações Financeiras	1.006	2.639
Consumidores	7.218	6.241
Créditos a Receber	1.076	969
Tributos e Contrib. Sociais a Compensar	193	197
Serviços em Curso	141	191
Estoques	496	505
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa ..	- 751	- 555
Despesas Pagas Antecipadamente	315	415
Realizável a Longo Prazo	574	797
Aplicações Financeiras	4	0
Depósitos Vinculados a Litígios	97	127
Créditos Fiscais	452	482
Ativo Regulatório	0	83
Outros Créditos	21	105
Permanente	20.300	19.838
Investimentos	28	1
Imobilizado	20.272	19.837
TOTAL DO ATIVO	30.928	31.497

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2007	2006
Circulante	7.287	8.154
Fornecedores	2.519	2.496
Folha de Pagamento	60	41
Encargos de Dívidas	0	2
Tributos e Contribuições Sociais	1.704	2.604
Distribuição de Lucros	173	143
Empréstimos e Financiamentos	381	715
Taxas Regulamentares	1.405	1.288
Passivos Regulatórios	368	269
Obrigações Estimadas	399	319
Outras Contas a Pagar	278	277
Exigível a Longo Prazo	8.726	8.074
Empréstimos e Financiamentos	1.862	1.072
Tributos e Contribuições Sociais	6.431	6.650
Obrigações Conversíveis em Ações	72	67
Provisões Passivas	361	257
Tributos Diferidos	0	28
Patrimônio Líquido	14.915	15.269
Capital Realizado Atualizado	6.000	6.000
Reservas de Reavaliação	7.458	8.487
Reservas de Lucros	713	297
Lucros Acumulados	744	485
TOTAL DO PASSIVO	30.928	31.497

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2007	2006
RECEITA OPERACIONAL	49.019	46.116
Fornecimento de Energia Elétrica	48.652	45.683
Outras Receitas	367	433
Deduções da Receita Operacional	-16.467	-18.241
ICMS	10.059	10.612
Cofins/Pasep/ISS	3.181	3.767
Quota p/Reserva Global Reversão - RGR	128	132
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.336	1.946
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.329	1.290
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética.	434	487
Encargo de Capacidade Emergencial	0	7
Receita Operacional Líquida	32.552	27.875
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	-23.344	-19.511
Custo com Energia Elétrica	16.799	13.951
Pessoal.....	3.884	3.194
Material.....	801	751
Serviço de Terceiro.....	677	746
Depreciação / Amortização.....	1.062	901
Outras Despesas.....	121	- 32
Lucro Operacional Bruto	9.208	8.364
DESPESAS OPERACIONAIS	- 4.561	- 3.999
Despesas com Vendas	1.521	1.293
Despesas Gerais e Administrativas	3.040	2.706
Resultado do Serviço	4.647	4.365
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	- 734	- 834
Renda de Aplicações Financeiras	208	487
Acréscimos Moratórios Ctas. Energia.....	587	665
Encargos Financeiros	- 1.073	- 1.236
Juros sobre o Capital Próprio	- 413	- 543
Outras.....	- 43	- 207
Resultado Operacional	3.913	3.531
Receita não Operacional	194	99
Despesa não Operacional	- 1.044	- 1.191
LUCRO ANTES CONTR.SOCIAL e IMPOSTO .DE RENDA	3.063	2.439
Provisão para Contribuição Social.....	322	275
Provisão para Imposto de Renda.....	814	686
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERSÃO JUROS S/CP	1.927	1.478
Reversão Juros sobre o Capital Próprio	413	543
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	2.340	2.021
Lucro p/Ação do Capital Social (R\$)	1,53	1,33

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2007	2006
ORIGENS DOS RECURSOS:		
Das Operações:		
Lucro do Exercício	2.340	2.021
Depreciação	1.120	958
Depreciação S/Reavaliação	831	869
Variações Monetárias L/Prazo	980	1.354
Ativo Regulatório	83	366
Provisões Passivas	104	0
Baixas Ativo Imobilizado	293	356
	5.751	5.924
De Terceiros:		
Novos Financiamentos a L/Prazo	1.219	714
Contribuição do Consumidor	176	76
Subvenções	32	0
	1.427	790
TOTAL DAS ORIGENS.	7.178	6.714
APLICAÇÕES DOS RECURSOS:		
Aquisições do Imobilizado	2.914	2.948
Aumento do Realizável a L/Prazo	- 139	226
Imposto Renda/Contr.Social s/Res. Reavaliação	326	370
Transf. Exigível L/Prazo p/Circulante	1.623	1.540
Distribuição de Dividendos	2.396	2.927
Ajuste Exercícios Anteriores	0	278
TOTAL DAS APLICAÇÕES	7.120	8,289
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE	58	-1.575
<i>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:</i>		
<i>ATIVO CIRCULANTE</i>		
No Início do Exercício	10.862	11.324
No Fim do Exercício	10.054	10.862
	- 808	- 462
<i>PASSIVO CIRCULANTE</i>		
No Início do Exercício	8.154	7.041
No Fim do Exercício	7.287	8.154
	- 866	1.113
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	58	-1.575

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.07 e 31.12.06

Legislação Societária					
	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULADO S	TOTAL
SALDOS EM 31.12.05 (R\$)	6.000	9.646	403	682	16.731
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	-	-682	- 682
Ajuste Exercício Anterior	-	-	-	-278	- 278
Reversão de Reservas	-	-	-	92	92
Realização de reservas	-	-1.159	- 180	969	- 370
Lucro do Exercício	-	-	-	2.021	2.021
DESTINAÇÃO PROP. À AGO:					
Constituição Res. Legal	-	-	74	- 74	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-1.702	-1.702
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	- 543	- 543
SALDOS EM 31.12.06 (R\$)	6.000	8.487	297	485	15.269
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	-	- 166	- 166
Reversão de Reservas	-	-	320	- 320	-
Realização de reservas	-	-1.029		731	- 298
Lucro do Exercício	-	-	-	2.340	2.340
DESTINAÇÃO PROP. À AGO:					
Constituição Res. Legal	-	-	96	-96	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-1.817	-1.817
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	- 413	- 413
SALDOS EM 31.12.07 (R\$)	6.000	7.458	713	744	14.915

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2007	2006
VALOR ADICIONADO:		
Receitas de Venda de Energia Elétrica	49.019	46.116
Provisão p/Crédito Liquidação Duvidosa	- 195	- 29
Resultado Não Operacionais	- 18	- 219
	48.806	45.868
(-) INSUMOS		
Custo da Energia Comprada	16.799	13.951
Materiais	971	912
Serviço de Terceiros	1.437	1.464
Outros Encargos	903	616
	20.110	16.943
VALOR ADICIONADO BRUTO	28.696	28.925
Quotas de Depreciação	1.951	1.827
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	26.745	27.098
Receitas Financeiras	957	1.353
VALOR ADICIONADO À DISTRIBUIR	27.702	28.451
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u>		
<i>Empregados e Administração:</i>		
Remuneração do Trabalho	3.221	2.749
Encargos Sociais (exceto Inss).....	318	282
Benefícios	934	816
Provisões	603	506
Indenizações Trabalhistas	120	11
Custos Imobilizados.....	- 112	- 745
	5.084	4.289
<i>Governos:</i>		
Icms	10.059	10.612
Pis/Cofins	3.174	3.763
Inss	1.052	909
Imposto Renda e Contribuição social	263	961
Encargos Setorial	3.228	3.946
Outros	1.136	321
	18.912	20.427
<i>Financiadores:</i>		
Despesas Financeiras.....	1.278	1.644,5
Aluguéis	89	69
	1.367	1.714
<i>Acionistas:</i>		
Remuneração do Capital Próprio.....	413	543
Lucros Retidos	1.926	1.478
	2.339	2.021
VALOR DISTRIBUIDO	27.702	28.451

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2007	2006
Atividades Operacionais:		
Lucro líquido do exercício	2.340	2.021
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação	1.951	1.827
Baixas Ativo Permanente	293	356
Reserva de Reavaliação e Lucros	- 613	-1.266
	1.631	917
Geração bruta de caixa	3.971	2.938
Variações nas contas do ativo circulante e realizável longo prazo		
Consumidores	- 977	- 700
Tributos e Contribuições Sociais	5	255
Estoque	9	- 26
Despesas Pagas Antecipadamente	100	498
Realizável a Longo Prazo	222	140
Devedores Diversos e Outros	138	- 40
	- 503	127
Variações nas contas do passivo circulante e exigível longo prazo		
Fornecedores	22	395
Tributos e Contribuições Sociais	18	432
Encargos de Dívidas	- 2	2
Passivos Regulatórios.....	99	269
Taxas Regulamentares	117	585
Demais Passivos	182	- 112
	436	1.571
Geração operacional de caixa	3.904	4.636
Atividades de investimentos e financiamentos		
Investimentos no ativo permanente	- 2.914	-2.948
Contribuição e doação do consumidor	208	76
Empréstimos e Financiamentos	456	943
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	- 3.187	-3.183
	5.437	-5.112
Geração líquida de caixa	- 1.533	- 476
Saldo das disponibilidades		
No início do período	2.899	3.375
No fim do período	1.366	2.899
Aumento (redução) nas disponibilidades	- 1.533	- 476

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Valores expressos em milhares de Reais					
	2007			2006		
1 - BASE DE CÁLCULO	R\$			R\$		
Receita Líquida (RL)	32.551			27.876		
Lucro Operacional (RO)	3.912			3.532		
Folha Pagamento Bruta (FPB)	6.136			5.198		
2 INDICADORES SOCIAIS INTERNO	R\$	% RL	% FPB	R\$	% RL	% FPB
Alimentação	655	2,01	10,68	605	2,17	11,65
Encargos sociais Compulsórios	1.281	3,93	20,87	1.109	3,98	21,33
Segurança no Trabalho	111	0,34	1,82	72	0,26	1,38
Vestuário	7	0,02	0,12	2	0,01	0,03
Saúde	179	0,55	2,91	156	0,56	3,01
Educação	4	0,01	0,06	0	0	0
Capacitação e Desenv.Profissional	106	0,33	1,73	138	0,49	2,65
Vale Transporte	71	0,22	1,15	46	0,16	0,88
Outros	49	0,15	0,79	32	0,11	0,62
TOTAL	2.463	7,57	40,13	2.160	7,75	41,56
3 INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$	% RL	% RO	R\$	% RL	% RO
Impostos e taxas	14.576	44,78	372,64	14.686	52,69	415,85
Contribuições para a Sociedade	532	1,63	13,60	789	2,83	22,35
TOTAL	15.108	46,41	386,25	15.475	55,52	438,21
4 INDICADORES AMBIENTAIS	R\$	% RL	% RO	R\$	% RL	% RO
Investimentos em Meio Ambiente	85	0,26	2,17	88	0,31	2,51
TOTAL	85	0,26	2,17	88	0,31	2,51
5 INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2.007			2.006		
Empregados no Final do período	153			100		
Admissões no período	61			10		
Escolaridade dos empregados:						
Superior	37			18		
Segundo Grau	96			58		
Fundamental	19			23		
Analfabetos	1			1		
Faixa Etária dos empregados:						
Até 30 anos	42			2		
De 31 a 40 anos	43			36		
De 41 a 50 anos	46			43		
Acima de 50 anos	22			19		
Mulheres que trabalham na empresa	26			14		
% cargos chefia ocupados p/mulheres em relação nº total mulheres	0			0		
% cargos chefia ocupados p/mulheres em relação nº total gerencias	0			0		
Negros que trabalham na empresa	7			7		
Portadores de deficiência física	1			1		
Estagiários	17			33		
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre o maior e a menor remuneração	13,89			16,11		
Acidentes de trabalho	21			16		

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

NOTA 01 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) - Contexto Operacional:

A Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho/RS, é uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia, sendo tais atividades regulamentada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de geração e distribuição de energia elétrica, atendendo sete municípios na sua área de concessão, localizados na região norte do estado do Rio Grande do Sul, tendo sua sede na cidade de Carazinho.

b) - Apresentação:

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e em particular os padronizados pelo “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica” e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular 2409/07 SFF/ANELL.

Em função das alterações introduzidas pelo Despacho/ANEEL 3.073 de 28 de dezembro de 2006, alterando o MCSPEE, a partir de 01 de janeiro de 2008, foram efetuadas as devidas reclassificações na coluna 2006 da demonstração do resultado, para preservar a comparabilidade as apresentadas em 2007.

c) - Concessão:

Em 18/10/2000 a ELETROCAR assinou o contrato de Concessão de Distribuição de nº. 084/2000 com a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para a distribuição de energia elétrica até 07/07/2015, podendo ser prorrogados por mais 20 anos.

Em 27/12/2000 foi assinado o contrato de Concessão de Geração de nº. 108/2000 com a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para a geração de energia elétrica destinada ao Serviço Público até 17/01/2023, podendo ser prorrogado por mais 20 anos.

d) - Principais práticas contábeis:

- A partir de 1º de janeiro de 1996 a Lei 9.249 de 29/12/95 extinguiu a correção monetária de balanço para fins fiscais e societários.
- Os Estoques estão registrados ao custo médio de aquisição e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. Os materiais destinados a investimentos, estão classificados no Imobilizado em curso.

- A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.
- O fornecimento de energia elétrica não faturado até 31-12-07/06 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.
- As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.
- Foi constituída provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais e estão apresentados na conta "Obrigações Estimadas" no Passivo Circulante.
- O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição, ou construção corrigido monetariamente até 31/12/95. A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme determina a Portaria Dnaee 815/94 de acordo com as taxas definidas pelas Resoluções 002/97 e 0474/99 da ANEEL.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

- Foi constituída a provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.
- Custos indiretos de obras em andamento – mensalmente parte dos gastos com Administração Central é apropriada às imobilizações em curso, mediante rateio dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros.
- As despesas pagas antecipadamente são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas e incluem a Conta de Compensação da Variação de Valores de Itens da Parcela A-CVA e respectivos encargos. São apropriadas ao resultado à medida em que a receita correspondente for faturada aos consumidores segundo rege a Portaria 296 de 25/10/01 e resoluções complementares da Aneel.
- As Contingências Passivas estão provisionadas com base na estimativa dos órgãos de Administração e assessores jurídicos em montantes considerados suficiente para cobrir as possíveis perdas.
- As obrigações especiais vinculadas à concessão são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.
- Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legalmente ou contratualmente exigidos.
- As Aplicações de Liquidez Imediata estão demonstradas ao custo da aplicação acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.
- A conta Consumidores, refere-se as contas a receber faturadas e do fornecimento de energia não faturado.

- As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- As aplicações financeiras estão registradas pelo custo, acrescidas das respectivas remunerações contratadas até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.
- A Reserva de Reavaliação é revertida para lucros acumulados pela depreciação e baixas do ativo imobilizado.

NOTA 02 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Banco	Tipo Aplicação	Vencimento	Remuner	2007	2006
• Banrisul	Fundo Invest	indeterminado	CDB	0	20
• Banrisul	Fundo Invest	Indeterminado	CDB DI	1.006	2.557
• Santander	Fundo Invest	Indeterminado	-	0	62
Total				1.006	2.639

NOTA 03 – CONSUMIDORES – CONTAS A RECEBER

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Venc até 90 dias	Venc. +90 dias	2007	2006
Residencial	987	639	122	1.748	1.743
Industrial	901	409	921	2.231	1.479
Comercio e Serviços	875	245	173	1.293	1.233
Rural	221	53	8	282	251
Poder Público	57	5	-	62	98
Iluminação Pública	8	102	-	110	111
Serviço Público	95	-	0	95	92
Serviço Taxado e Outros	42	51	34	127	140
(-) Arrecadação Proc.Clás	- 16	-	-	- 16	-17
Enc. Cap. Emergencial	-	-	9	9	9
Não Faturado	1.186	-	-	1.186	1.071
Participação Financeira	76	5	10	91	31
Subtotal	4.432	1.509	1.277	7.218	6.241
(-) Crédito Liq. Duvidosa			- 523	- 523	- 401

- A conta Outros representa os créditos a receber de consumidores em atraso, de atualização da variação do IGPM, juros de 1% a.m. pro-rate da data do vencimento até a data do pagamento e multa de 2%, exceto consumidores da classe, poder público e iluminação pública.
- O Encargo de Capacidade Emergencial foi instituído pelo governo para cobrir os custos com a contratação de capacidade de geração ou de potência das usinas emergenciais. Foi cobrado de março de 2002 até 22 de dezembro de 2005, quando teve sua cobrança suspensa conforme Resolução Normativa da Aneel.
- Não Faturado é a receita correspondente ao período não lido conforme o faturamento pelo calendário de leituras dentro do mês. É estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.
- Foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre os consumidores em atraso, conforme prevê a Instrução Geral 6.2.3 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, exceto os consumidores da subclasse, poder público e iluminação pública.

NOTA 04 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Tributos	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2007	2006	2007	2006
• Icms – compras ativo Imobilizado	189	197	281	311
• Outras retenções	3	0	0	0
• Pis/Pasep	0	0	171	171
Total	192	197	452	482

- O icms compras do ativo refere-se ao crédito de icms sobre compras para o ativo imobilizado conforme Lei Complementar 102/00, sendo sua recuperação à razão de 1/48 avos mês.

- No exercício de 2004 foi reconhecido o valor decorrente de ação ajuizada contra a União, referente a inconstitucionalidade dos decretos 2445 e 2449/88, que alteraram a sistemática do recolhimento da contribuição para o Pis/Pasep. A Empresa vinha fazendo as compensações, porém em 2006 através de recurso extraordinário a receita Federal suspendeu o reconhecimento do crédito, o qual encontra-se sob judge.

NOTA 05 – CRÉDITOS A RECEBER

São representados por diversos tipos de créditos, sendo:

Composição	2007	2006
Parcelamento Contas de Energia	688	576
Convênios de Arrecadação	125	125
Cheques em Cobrança	25	27
Rendas a Receber	1	1
Subvenção Residencial Baixa Renda	135	160
Reserva Global de Reversão – RGR	22	35
Serviços a Receber	34	26
Outros	46	19
Total	1.076	969
(-) Crédito Liquidação Duvidosa	- 228	-154

a) – Parcelamento de Contas de Energia Elétrica

Refere-se a débitos de energia elétrica em atraso que foram parceladas. São baixadas da conta Consumidores e ativadas nesta conta, através de termo de Confissão de Dívida, englobando o principal, juros e atualizações monetárias. Os prazos e indexadores são variáveis, e sobre os valores considerados irrecuperáveis foi constituída provisão para perdas.

b) – Convênios de Arrecadação

Refere-se a valores de convênios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica e ainda não repassados para empresa.

c) - Subvenção Baixa Renda

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 estabeleceu novos critérios de classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, regulamentada pelas resoluções ANEEL 246 e 485 de 30/04/02 e 29/08/02 respectivamente. Estes novos critérios ocasionaram uma redução no

faturamento mensal que são cobertos por subvenção econômica do governo federal conforme Lei 10.604 de 17/12/02.

d) – Reserva Global de Reversão

A cota anual fixada pela Aneel é realizada com base no imobilizado projetado para o ano, ao final do ano é calculada com base no imobilizado real. A diferença paga a maior ou a menor é contabilizada como crédito a receber ou a pagar. A devolução desses valores é feita através de compensação, após a análise da Prestação Anual de Contas.

e) – Serviços a Receber

Débitos da prestação de serviços, indenizações de postes danificados no trânsito e comissão sobre a arrecadação da Contribuição para Iluminação Pública.

f) – Cheques em Cobrança

Refere-se a cheques recebidos na tesouraria para pagamento de contas de energia elétrica.

NOTA 06 – ESTOQUES

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição. Os classificados no ativo circulante são para manutenção e recuperação do sistema elétrico e os classificados no ativo permanente são para investimento em obras novas.

<i>Composição do Estoque</i>	2007	2006
<i>Estoque – Ativo Circulante</i>	496	505
<i>Estoque – Imobilizado em Curso</i>	446	788
<i>(-) Provisão para Perdas</i>	- 22	- 30
<i>Total</i>	920	1.263

NOTA 07 – SERVIÇOS EM CURSOS

Refere-se aos custos, apurados através ODS, dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

<i>Composição</i>	2007	2006
<i>Pesquisa e Desenvolvimento</i>	-	113
<i>Eficiência Energética</i>	141	78
<i>Total</i>	141	191

NOTA 08 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

A Companhia registrou como Despesas Antecipadas os incrementos incorridos relacionados aos custos imputáveis à despesa operacional.

<i>Composição da conta</i>	2007	2006
<i>Prêmios de Seguros</i>	21	23
<i>Ativo Regulatório C/P</i>	291	391
<i>Outros</i>	3	1
<i>Total</i>	315	415
<i>Ativo Regulatório L/P</i>	-	83

a) – Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

A partir de 26 de outubro de 2001 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou o registro, em conta de despesas pagas antecipadamente, dos custos incorridos considerados não gerenciáveis (parcela A) que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Esses custos são atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário correspondente.

A conta de compensação de variação de valores de itens da parcela A, registra as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativo aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, tais como:

- Quota da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC
- Quota de Reserva Global de Reversão – RGR
- Quota da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE
- Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica

As variações de custos ocorridas até 29/06/2007 foram reconhecidas no reajuste tarifário de junho de 2007. Os valores correspondentes aos custos de julho/07 a junho/08 serão considerados no próximo reajuste.

<i>Ativo Regulatório</i>	<i>2007</i>	<i>2006</i>
• Parcela A 2001	-	1
• CVA 2002/2003	-	13
• CVA 2003/2004	-	6
• CVA 2004/2005	-	16
• CVA 2005/2006	-	180
• CVA 2006/2007	75	65
• CVA 2007/2008	109	-
• CVA Pis/Cofins	107	110
Total	291	391

- A CVA Pis/Cofins corresponde ao aumento da carga tributária em função dos efeitos produzidos pela Lei 10.865 de 30 de abril de 2004 que não estavam contempladas pela tarifa praticada.

Os saldos apurados nas CVA's estão acrescidos de remuneração financeira com base na taxa SELIC, conforme legislação.

NOTA 09 – DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Referem-se a depósitos para garantia da obrigação principal em que a empresa está discutindo judicialmente o mérito.

	<i>2007</i>	<i>2006</i>
• Ações Cíveis	-	33
• Ações Trabalhistas	97	93
Total	97	126

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS LONGO PRAZO

	<i>2007</i>	<i>2006</i>
• Empréstimo Compulsório s/Combustíveis	21	19
• Créditos a Receber	-	86
• Ativo regulatório	-	83
Total	21	188

NOTA 11 - ATIVO IMOBILIZADO
a) - Pela atividade das contas

Atividade	Taxa média de Depreciação	31.12.07		31.12.06	
		Custo Histórico	Reavaliação	Custo Histórico	Reavaliação
Imobilizado em Serviço:					
Geração		886	9.120	837	9.119
Distribuição		23.463	13.861	21.496	14.645
Comercialização		192	-	202	-
Administração		665	255	704	255
		25.206	23.236	23.239	24.020
(-) Depreciação:					
Geração	2,5%	649	5.837	631	5.631
Distribuição	4,6%	9.827	9.857	9.359	9.823
Comercialização	4,6%	88	-	79	-
Administração	6,5%	275	84	258	79
		10.839	15.778	10.327	15.533
Total do Imob. Serviço		14.367	7.458	12.912	8.487
Imobilizações em Curso					
Geração		463	-	481	-
Distribuição		534	-	1.168	-
Administração		890	-	20	-
		1.887	-	1.669	-
Imobilizado		16.254	7.458	14.581	8.487
(-) Obrigações especiais		- 3.440	-	-3.231	-
Imobilizado Líquido		12.814	7.458	11.350	8.487

b) - Pela natureza das contas

Imobilizado	Em milhares de Reais				
	CUSTO AQUIS.	DEPRECIÇÃO	REAVALIAÇÃO	DEPRECIÇÃO	TOTAL
Intangíveis	164	-	-	-	164
Terrenos	238	-	861	-	1.099
Reserv. e Barragens	114	113	5.255	3.978	1.278
Edific. Obras Cívicas	573	358	662	464	413
Máq. E Equipamentos	23.034	9.817	16.458	11.336	18.339
Veículos	972	468	-	-	504
Móveis e Utensílios	111	83	-	-	28
Em Curso	1.887	-	-	-	1.887
(-) Obrig. Especiais	- 3.440	-	-	-	- 3.440
Total	23.653	10.839	23.236	15.778	20.272

c) - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado.

Obrigações Especiais	2007	2006
Contribuição do Consumidor	2.381	2.205
Universalização Serv.Publ.E.Elétrica	108	75
Subvenções para Investimentos	75	75
Incentivos Fiscais	876	876
Total	3.440	3.231

d) - Cálculo da Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas aplicadas são as definidas pelas Resoluções ANEEL 002/97, 044/99 e 240/06 conforme a Unidade de Cadastro, tendo os principais itens as seguintes taxas:

- Equipamento Geral	10%	- Reservat. e Barragens	2%
- Veículos	20%	- Transformador Distribuição	5%
- Turbina Hidráulica	2,5%	- Transformador de Força	2,5%
- Gerador	3,3%	- Regulador de Tensão	4,8%
- Medidores	4%	- Edificações	4%
- Postes	5%	- Condutor	5%

e) - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Arts. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

NOTA 12 - PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores	2007	2006
Suprimento de Energia Elétrica	1.916	1.610
Materiais, Serviços e Outros	603	886
Total	2.519	2.496

Tributos e Contribuições Sociais	2007	2006
ICMS Normal	255	275
ICMS Parcelamento	1.002	1.754
INSS	100	80
Imposto de Renda/Contr.Social	52	183
FGTS	39	32
PASEP	44	46
PASEP Parcelamento	-	12
COFINS	202	214
Outros	10	8
Total	1.704	2.604

- Icms Parcelamento - refere-se a débitos em atraso de icms sobre o faturamento de consumo normal energia elétrica. Através do Convênio 150/04 de 10 de dezembro de 2004 do Confaz e Decreto Estadual

43.755 de 20 de abril de 2005 foi concretizado a renegociação dos débitos em 02 de maio de 2005 no valor de R\$ 7.298.217,27 em 120 meses com juros de 1% ao mês e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS.

- Pis/Pasep Parcelamento - refere-se a compensação de valores em 2002 não aceitos pela Receita Federal após manifestação de inconformidade a empresa optou por parcelar o débito no valor de R\$57.806,37 em 24 vezes atualizadas pela SELIC, tendo seu vencimento final em abr/07.

- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro - refere-se ao saldo a pagar até 31 de março de 2008 referentes ao lucro real de 2007/2006.

Obrigações Estimadas	2007	2006
Férias	219	175
Gratificação 1/3 de Férias	73	58
Encargos Sociais	107	86
Total	399	319

- Obrigações Estimadas - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e de encargos sociais sobre as provisões.

Taxas Regulamentares	2007	2006
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	10	8
Quota da Conta Consumo de Combustível - CCC	96	155
Taxa de Fiscalização - ANEEL	7	8
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	107	95
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	44	47
Programa Eficiência Energética - PEE	455	451
Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	686	524
Total	1.405	1.288

- As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias do setor elétrico.

Passivos Regulatórios	2007	2006
CVA-CCC	274	162
CVA-Compra Energia	94	107
Total	367	269

Outras contas a pagar	2007	2006
Seguradoras	25	21
Indenizações Trabalhistas	98	106
Juros Eletrobrás	-14	-12
Convênios arrecadação por conta terceiros	141	144
Outras	28	18
Total	278	277

- Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O item de maior volume refere-se a Contribuição para a Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

NOTA 13 - COMPROMISSOS À LONGO PRAZO

a) - Tributos e Contribuições Sociais:

Refere-se ao saldo à longo prazo de Icms parcelado através do Convênio 150/04 de 10 de dezembro de 2004 do Confaz e Decreto Estadual 43.755 de 20 de abril de 2005, concretizado em 02 de maio de 2005 no valor de R\$ 7.298.217,27 em 120 meses com juros de 1% ao mês e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS.

b) - Empréstimos e Financiamentos:

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas		Datas		31.12.07			31.12.06		
	%	Prazo	Início	Final	C/P	L/P	Total	C/P	L/P	Total
Eletrobrás (1)	IGPM	120 m	28/08/98	30/01/08	8	-	8	107	8	115
Eletrobrás (2)	5%aa + var.RGR	36 m	12/07/05	12/07/09	30	17	47	32	47	79
Eletrobrás (3)	5%aa + var.RGR	120 m	31/07/05	31/07/16	2	18	20	3	20	23
Eletrobrás (4)	5%aa + var.RGR	60 m	27/09/05	27/09/11	119	342	461	9	451	460
Eletrobrás (5)	5%aa + var.RGR	60 m	11/08/06	11/08/11	-	653	653	-	82	82
Eletrobrás (6)	5%aa + var.RGR	120m	10/01/07	30/12/19	-	10	10	-	-	-
BNDES	6%aa + var.exc.TJLP	48 m	14/11/06	15/12/12	63	384	446	-	-	-
Inst. Financ.	2,9	24 m	25/08/05	25/11/07	159	54	213	564	80	644
CONSUMIDOR.	IGPM	////	////////	////////	-	384	384	-	384	384
Total	////	////	////////	////////	381	1.861	2.242	715	1.072	1.787

- Os empréstimos junto a Eletrobrás^{(1), (4) e (5)} foram obtidos para investimentos na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia.
- O empréstimo junto a Eletrobrás⁽²⁾ foi obtido para investimentos do Programa de Eficiência Energética e Modernização dos Sistemas de Iluminação Pública – RELUZ, em 36 meses com carência de 24 meses e juros de 5% a.a. taxa de administração de 1,5% a.a. e correção pela variação do índice da RGR.
- O empréstimo junto a Eletrobrás^{(3),(6)} foi obtido para investimentos do Projeto de Eletrificação Rural – LUZ PARA TODOS, em 120 meses com carência de 24 meses e juros de 5% a.a. taxa de administração de 2% a.a. e correção pela variação do índice da RGR.
- O empréstimo junto ao BNDES foi obtido para financiamento da construção do prédio Administrativo da empresa para instalação da nova sede, 48 meses com carência de 15 meses e juros de 6,5% a.a.
- Os empréstimos junto às Instituições Financeiras foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos /equipamentos informática e capital de giro de curto prazo, em no máximo 36 meses.
- Os empréstimos junto a Consumidores referem-se a obras executadas na construção de infra-estruturas para o fornecimento de energia elétrica por consumidores rurais. Não tem prazo definido para a devolução e estão sendo negociados caso a caso.

As parcelas de longo prazo tem sua curva de amortização assim distribuída:

Ano do Vencimento	2007	2006
2007	-	784
2008	575	222
2009	480	125
2010	426	127
2011	345	113
2012	22	22
2013/16	394	394
Total	2.242	1.787

c) – Provisões Passivas:

Refere-se a provisões de débitos tributários, ações trabalhistas de ex-funcionários e cíveis em que a empresa está sendo citada. Estão garantidas por depósito judicial, registrados no Ativo Realizável à Longo Prazo.

Contingências	2007		2006	
	Provisão	Dep. Judicial	Provisão	Dep. Judicial
Trabalhistas	192	97	177	94
Cíveis	169	-	80	33
Total	361	97	257	127

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) – Capital Social

O Capital Social é composto por ações sem valor nominal, assim distribuído em 31/12/07:

Acionistas	Espécie	Nº Ações		%
		2007	2006	
Prefeitura Municipal de Carazinho	ON	1.442.100	1.442.100	94,5680
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	15.400	1,0099
Prefeitura Municipal de Chapada	ON	34.041	34.041	2,2323
Prefeitura Municipal de Selbach	ON	12.386	12.386	0,8122
Prefeitura Municipal de Colorado	ON	86	86	0,0056
Diversos	PN	20.922	20.922	1,3720
Total	///////	1.524.935	1.524.935	100,0000

- O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/07 é de R\$9,78 e R\$10,01 em 31/12/06.

b) – Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social.

c) – Reserva de Lucros a Realizar

A reserva de lucros a realizar se trata de parcela do lucro decorrente do ativo regulatório Pis/Cofins, que será revertido para lucros acumulados quando do seu efetivo faturamento.

NOTA 15 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA P/REVENDA

Supridora	Em MWH		Em R\$	
	2007	2006	2007	2006
Rio Grande Energia	146.389	143.559	16.638	14.001
Proinfa	-	-	184	-
CVA—Energia Comprada	-	-	- 23	- 124
(-) Créditos Pis/Cofins	-	-	- 1.551	-1.295
Compra Líquida	146.389	143.559	15.248	12.582

NOTA 16 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se os percentuais definidos no estatuto social da companhia, que prevê distribuição mínima de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei.

A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2007	2006
<i>Lucro Líquido do Exercício</i>	2.340	2.021
<i>(-) Constituição de Reservas</i>	- 96	- 74
<i>(+) Realização de Reservas</i>	732	1.061
<i>(-) Ajuste Exercícios Anteriores</i>	-	- 278
<i>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</i>	2.976	2.730

- O artigo 9º da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995 permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da TJLP dentro de cada exercício. Conforme facultado esses juros foram imputados aos dividendos distribuídos.

A Administração está propondo à Assembléia Geral a seguinte distribuição dos resultados aos acionistas:

<i>Distribuição</i>	2007	%	2006	%
<i>Dividendos Propostos do Exercício</i>	1.817	61,06%	1.702	62,34%
<i>Juros sobre o Capital Próprio</i>	413	13,88%	543	19,88%
<i>Total Dividendos e Juros s/Cap.Próprio</i>	2.230	74,94%	2.245	82,22%

- O total de dividendos e juros propostos para distribuição representa R\$1,95 por ação em 2007 e 1,47 em 2006.

NOTA 17 – EFEITOS TRIBUTÁRIOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2007	2006
<i>Lucro do Exercício</i>	3.063	2.439
<i>+ Despesas Indedutíveis</i>	37	31
<i>+ Provisões</i>	299	43
<i>+ Depreciação s/Reavaliações</i>	1.029	1.159
<i>+ Depreciação s/IPC/BTNF (*)</i>	82	92
<i>+ Reversão de Provisões</i>	94	447
<i>Base de Cálculo</i>	4.522	4.119
<i>Imposto de Renda</i>	1.106	1.006
<i>Contribuição Social (*)</i>	414	379
<i>(-) Deduções Incentivos Fiscais</i>	- 59	- 54
<i>Total Tributos a recolher</i>	1.461	1.331

NOTA 18 – CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CIVEIS

Durante o exercício de 2007 foi efetuada análise dos processos trabalhistas e cíveis em andamento e decidiu-se pela elevação da provisão, ficando o montante em R\$361.080,00, entendendo a administração, que serão suficientes para cobertura de prováveis perdas.

NOTA 19 – RESULTADO POR ATIVIDADE

Apresentamos a Demonstração de Resultado segregada por atividade.

RESULTADO	2007			
	GERAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL	2.318	31.403	15.298	49.019
Fornecimento	2.316	31.174	15.162	48.652
Outras	2	229	136	367
(-) Deduções à Receita	214	11.791	4.462	16.467
Encargos do Consumidor	0	3.227	0	3.227
ICMS	0	6.606	3.453	10.059
Demais Impostos s/Receita	214	1.958	1.009	3.181
Receita Operacional Líquida	2.104	19.612	10.836	32.552
(-) DESPESA OPERACIONAL	498	8.469	18.938	27.905
Pessoal	235	4.958	944	6.136
Material	78	784	109	971
Serviço de Terceiro	113	819	505	1.437
Energia Elétrica Comprada	0	0	16.799	16.799
Depreciação	19	1.076	25	1.120
Despesas Gerais e Outras	53	832	556	1.442
Resultado do Serviço Público	1.606	11.143	-8.102	4.647
Resultado Financeiro	- 54	- 932	252	- 734
Resultado Operacional.....	1.552	10.211	-7.850	3.913
Resultado Não Operacional	- 206	- 637	- 7	- 850
RESULTADO ANTES IR/CONTR.SOC....	1.346	9.574	-7.857	3.063
Imposto de Renda e Contr. Social	499	3.552	-2.915	1.136
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	847	6.022	4.942	1.927

A Receita de geração foi calculada pelo preço médio da energia comprada x kw gerados. A receita de distribuição foi calculada pelo preço média da tarifa TUSD x Kw faturados aos consumidores.

NOTA 20 – SEGUROS

Os principais ativos em serviço da empresa estão cobertos por apólices de seguros, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades, num montante global de R\$13.277.000,00, exceto automóveis que estão cobertos pelo valor de mercado.

Bens Segurados	R\$	INÍCIO	TERMINO
Instalações e Equipamentos		29/08/07	29/08/08
Risco principal - Incêndios, Raios, Explosões	13.277.000,00	-	-
- Danos Elétricos	1.640.000,00	-	-
- Vendaval/Fumaça	1.635.000,00	-	-
Automóveis	Vir.mercado	2007	2008

NOTA 21 – OUTRAS RECEITAS

Receitas	2007	2006
Renda da prestação de serviços	29	53
Serviço Taxado	126	114
Aluguéis	170	167
Outras	42	99
Total	367	433

NOTA 22 – DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do Resultado do Exercício, têm a seguinte composição em função da natureza de gastos:

	2007	2006
Despesas com Venda		
Pessoal	590	547
Material	94	76
Serviço de Terceiros	444	423
Depreciação	22	19
Impostos e Taxas	2	3
Outros	369	225
Total Despesas com Vendas	1.521	1.293
Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal	1.663	1.457
Material	76	86
Serviço de Terceiros	315	294
Depreciação	36	38
Impostos e Taxas	231	292
Outros	719	539
Total Despesas Gerais e Administrativas	3.040	2.706
Total Despesas Operacionais	4.561	3.999

NOTA 23 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTO

Composição	2007	2006
Pessoal – Administração	422	383
Pessoal – Empregados	5.715	4.815
Material	971	912
Serviço de Terceiro	1.437	1.463
Energia Elétrica Comprada para Revenda	16.799	13.951
Depreciação	1.120	959
Impostos e Taxas	255	312
Taxa de Fiscalização	89	85
Outras Despesas	807	588
Provisões/Reversões	291	42
Total	27.906	23.510

NOTA 24 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Receita de energia elétrica por classe de consumo:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Fornecimento Faturado:						
Residencial	23.648	23.260	43.030	41.610	16.752	16.258
Industrial	266	317	45.342	41.117	12.478	10.787
Comercial	3.197	3.140	31.800	30.387	11.666	11.297
Rural	3.658	3.617	15.948	15.304	2.994	2.641
Poder Público	293	297	2.935	2.853	1.112	1.076
Iluminação Pública	14	14	8.510	8.731	1.688	1.640
Serviço Público	19	19	4.176	4.258	1.106	1.112
Consumo Próprio	10	09	165	181	-	-
Receita Faturada E.Elétric	31.105	30.673	151.906	144.442	47.796	44.811
Não Faturado	-	-	-	-	115	198
Encargo Cap.Emergenc	-	-	-	-	-	7
Subsidio Baixa Renda	-	-	-	-	741	667
Outras Receitas	-	-	-	-	367	433
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	49.019	46.1156

NOTA 25 – DESPESAS COM PESSOAL

Pessoal	2007	2006
Administração		
Diretoria	229	203
Conselho de Administração	66	63
Conselho Fiscal	38	36
Encargos Sociais e Outros	89	81
Total	422	383
Empregados		
Remunerações		
Salário Base	1.672	1.372
Outras Remunerações	1.215	1.075
Benefícios		
Programa Alimentação do Trabalhador	655	606
Convênio Assistencial	158	137
Outros	121	74
Provisão Férias, 13º Salário e Encargos	604	505
Encargos Sociais	1.281	1.109
Indenizações Trabalhistas	120	11
(-) transferências para Ordens em Curso	- 111	- 74
Total	5.715	4.815
TOTAL PESSOAL	6.137	5.198

NOTA 26 – RECEITAS FINANCEIRAS

<i>Receitas</i>	2007	2006
<i>Rendimentos de Aplicações Financeiras</i>	208	486
<i>Variações Monetárias Ativas</i>	158	200
<i>Acréscimos Moratórios Contas Energia</i>	571	612
<i>Juros de Títulos a Receber</i>	16	54
<i>Outras</i>	4	2
<i>Total</i>	957	1.354

NOTA 27 – DESPESAS FINANCEIRAS

<i>Despesas</i>	2007	2006
<i>Encargos de Dívidas</i>	1.062	1.399
<i>Juros/Multas</i>	43	138
<i>Juros Sobre Capital Próprio</i>	413	543
<i>Variações Monetárias</i>	169	37
<i>Outras</i>	4	71
<i>Total</i>	1.691	2.188

NOTA 28 – DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	2007	2006
<i>Perdas Baixa Bens Ativo Imobilizado</i>	14	32
<i>Depreciação – reavaliação</i>	831	869
<i>Perdas Baixa Bens Ativo Imobilizado – Reavaliação</i>	199	290
<i>TOTAL</i>	1.044	1.191

A depreciação sobre bens reavaliados e as perdas na baixa de bens reavaliados não compõem o custo do serviço público de energia elétrica.

NOTA 29 – SUBSÍDIO BAIXA RENDA

O Governo Federal através da Lei 10.438 determinou a implantação da tarifa social para a população menos favorecida, o que ocasionou um significativo impacto na receita operacional da empresa. Com a finalidade de contribuir com a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica o Governo repassa para as empresas através de subvenção econômica as perdas decorridas com a implantação da tarifa social.

NOTA 30 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/07-06 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis.

A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados em 31/12/07-06.

NOTA 31 – SISTEMA DE INFORMAÇÃO

O desenvolvimento das diversas áreas de atendimento de uma concessionária de distribuição de energia elétrica, dada à complexidade de gerenciamento das redes de distribuição, atendimento ao cliente e otimização de custos. Em 2003 foi implantado na empresa um software para o gerenciamento do sistema de distribuição e atendimento das reclamações dos consumidores.

NOTA 32 – ICMS SOBRE A TARIFA

O Icms aplicado na tarifa de energia elétrica, conforme legislação estadual tem suas alíquotas assim definidas pelo estado Rio Grande do Sul:

Icms/RS – Classes	% da alíquota		Alíquota efetiva	
	2007	2006	2007	2006
Residencial até 50 Kwh	12%	12%	7,53%	7,53%
Residencial + 50 kwh	25%	29%	33,33%	40,85%
Industrial	17%	17%	20,48%	20,48%
Comercial	25%	29%	33,33%	40,85%
Rural (até 100 kwh - 12%)	12%/Diferido	Diferido	7,53%/0,00%	0,00%
Iluminação Pública	20%	20%	25,00%	25,00%
Poder Público Federal/Municipal	25%	29%	33,33%	40,85%
Poder Público Estadual	Isento	Isento	0,00%	0,00%
Serviço Público	25%	29%	33,33%	40,85%

NOTA 33 – ENCARGO DE CAPACIDADE EMERGENCIAL

O Encargo de Capacidade Emergencial criado em 2002 (seguro apagão) é um encargo tarifário cobrado do consumidor para cobrir as despesas da aquisição de energia elétrica e da contratação de capacidade de geração em função das medidas tomadas contra falta de energia elétrica. Estes valores são cobrados pela empresa e repassado totalmente a CBEE – Companhia Brasileira de Energia Elétrica.

A cobrança do encargo foi suspensa em 23/12/05 conforme Resolução Aneel 204/05.

NOTA 34 – AUDITORIA

As demonstrações contábeis deixaram de ser auditadas desde setembro de 2001.

NOTA 35 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Apesar de constar em cláusula de dissídio coletivo, ainda não foi implantado o programa de participação do empregados nos resultados da empresa.

NOTA 36 – PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida e incentivo educacional.

NOTA 37- REAJUSTE TARIFÁRIO

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão regulador, através do qual são fixadas as tarifas de fornecimento de energia elétrica. A empresa tem sua data base de reajuste no dia 29 de junho. A tarifa de energia elétrica é segregada por classe entre outros e portanto o reajuste é diferenciado para cada item, na média os reajustes tarifários ficam assim:

Data	Reajuste
29/06/2003	35,26%
29/06/2004	10,23%
29/06/2005	12,53%
29/06/2006	9,19%
29/06/2007	13,79%

NOTA 38 – ICMS SUBVENÇÃO BAIXA RENDA

O Estado do Rio Grande do Sul estava exigindo a cobrança do Icms sobre a concessão da subvenção baixa renda (nota 30). Foi firmado convênio no Confaz de número 078/04 "dispensando o recolhimento do Icms devido de 01 de maio de 2002 a 29 de fevereiro 2004, nas operações de fornecimento de energia elétrica a consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda". Em 27 de dezembro de 2005 o Estado editou a Lei 12.421 isentando a cobrança de ICMS sobre a parcela de subvenção da tarifa baixa renda a partir de 01 de março de 2004.

NOTA 39 – MAJORAÇÃO ALÍQUOTAS ICMS

O Estado do Rio Grande do Sul através do Decreto 43.533 de 30/12/04 majorou as alíquotas de ICMS para a energia elétrica nas classes residencial, comercial, poderes públicos e serviço público de 25% para 30% a partir de 01 de abril de 2005. Este mesmo decreto baixou para 29% a partir de 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2006, e partir de 01 de janeiro de 2007 retornando para 25%.

NOTA 40 – ALÍQUOTAS PIS/COFINS

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis/Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em de ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor. Em 2007 a alíquota média foi de 6,06%.

NOTA 41 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A empresa tem transações com partes relacionadas principalmente em função da sua atividade, que é o fornecimento de energia elétrica. Com o acionista controlador a empresa mantém algumas transações em forma de comodato, onde as despesas de manutenção são por conta do comodante.

Bem	Custo	Depreciação	Vlr. Líquido
- Edificações	39.634	13.773	25.861
- Veículos	44.364	43.779	585
- Móveis e Utensílios	500	456	44

NOTA 42 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembléia Geral.

NOTA 43 – UNIVERSALIZAÇÃO

O Governo Federal iniciou em 2004 o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos”, com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural nas localidades de menor índice de desenvolvimento humano e de baixa renda, gratuitamente. Por isso o objetivo é levar a energia elétrica a estas comunidades para que elas a utilizem como vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

A Eletrocar aderiu ao programa em 2004 cadastrando 39 consumidores sem energia elétrica e em 2006 cadastrou mais 32 consumidores enquadrados no programa, sendo todos atendidos.

Ano	Nº Consumidores Atendidos	RECURSOS (R\$)		
		Fundo Perdido	Financiados	Total
2005	39	75.320	22.600	97.920
2007	32	32.325	9.699	42.024
Total	71	107.645	32.299	139.944

NOTA 44 – QUESTÕES AMBIENTAIS

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as conseqüências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

Nas áreas de usinas e barragens, a empresa está desenvolvendo ações de monitoramento da qualidade da água e programas de re-vegetação das margens dos reservatórios através da implantação de Área de Preservação Permanente.

NOTA 45 – DIFERIMENTO DA TARIFA

A Revisão periódica da Eletrocar encerrou em 29 de junho de 2005 com a homologação pela Aneel do reposicionamento de 12,83% para serem aplicadas em etapas, sendo 6,95% a partir de 29/06/05 e o restante 5,88% nos próximos três anos. As tarifas aplicadas em 29 de junho de 2005 foi de 12,53%, estando assim composta: 6,95% de reposicionamento e 5,58% de custos da CVA e outros. Em valores da data da revisão tarifária, a tarifa diferida corresponde a R\$1.169 mil.

NOTA 46 – COMPRA DE ENERGIA - SUPRIMENTO

Através da Nota Técnica nº 163/2007-SER/ANEEL, destaca detalhes do Índice de Reajuste Tarifário – IRT, no que diz respeito ao suprimento de energia elétrica, fornecido pela RGE. Esta nota detalha a aplicação da Resolução 243/2006 retroativamente, o que resultará em um passivo financeiro no valor de R\$ 12.641 milhões, a ser resgatado em 3 parcelas anuais de R\$ 4.214 milhões a partir da Revisão Tarifária Periódica de 2009. A Eletrocar entrou com recurso administrativo junto a ANEEL, solicitando a revogação dos efeitos da Nota Técnica tendo em vista ferir legislação específica. Se mantida a Nota Técnica 163/2007, os efeitos serão incluídos nos reajustes tarifários, acarretando um ônus elevado e indevido aos nossos clientes.

NOTA 47 – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

A próxima Revisão Tarifária da empresa está prevista para 2009 com início em 2008. A Aneel em 31 de outubro de 2007 publicou a Resolução Normativa 234/07 que definiu novas regras a serem aplicadas no segundo ciclo da revisão tarifária.. Diferentemente da 1ª revisão as Obrigações Especiais terão tratamento diferenciado, os quais terão reflexos significativos pelo volume dos valores apropriados. A Aneel estará realizando Audiência Pública para obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento das regras da revisão.

NOTA 48 – PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente 1% da receita operacional líquida conforme Resolução Normativa 233/06 em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. A Resolução 176/05 determina o provisionamento contábil pelo regime contábil de competência bem como atualização pela taxa Selic dos saldos não aplicados. Os valores a serem aplicados são registrados no passivo e os gastos efetivos no ativo, quando da conclusão do projeto é feito o encontro de contas e o saldo aplicado a menor é transferido para o ciclo seguinte.

	2007			2006		
	Vlr.Provisio nado (211)	Vlr.Aplica do (112)	Vlr. Líquido	Vlr.Provisio nado (211)	Vlr.Aplica do (112)	Vlr. Líquido
FNDTC	119	-	119	120	-	120
MME	60	-	60	115	-	115
P&D	276	-	276	216	113	103
PEE	686	140	546	525	78	447
Total	1.141	140	1.001	976	191	785

NOTA 49 – EVENTOS SUBSEQÜENTES

Alteração da Legislação Societária:

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei 11.638/07 que altera a Lei 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações. As alterações de ordem contábil vigoram a partir de 01 de janeiro de 2008. A Administração esta em processo de avaliação dos efeitos que as alterações irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado, entendendo não ser possível determinar com segurança seus efeitos.

NOTA 50 – ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiro da Eletrocar no término do exercício 2007:

Receita Anual: A receita operacional foi de R\$49.019 sendo 6,30% superior a 2006 que foi de R\$46.116.

Número de consumidores: O número de consumidores no final de dezembro de 2007 era de 30.936 e em 2006 era de 30.673 tendo um aumento de 0,86%.

Despesas com Pessoal: As despesas com pessoal em 2007 foram de R\$6.137 e em 2006 foi de R\$5.198 tendo um aumento de 18,05%.

Compra de Energia Elétrica: As despesas com compra de energia elétrica para revenda foram de R\$16.799 em 2007 e R\$13.951 em 2006 tendo um aumento de 20,41%.

Deduções a Receita exceto Icms: As deduções a receita foram de R\$6.408 em 2007 e R\$7.629 em 2006 tendo um decréscimo de 19,05%.

Demais Despesas Operacionais: As despesas Operacionais foram de R\$4.970 em 2007 e R\$4.361 em 2006 tendo um aumento de 13,96%.

Receita Financeira: As receitas financeiras atingiram o valor de R\$957 em 2007 e R\$ 1.353 em 2006 tendo um decréscimo de 29,29%.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R\$1.691 em 2007 e R\$2.188 em 2006, tendo uma redução de 22,68%.

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido foi de R\$2.767 em 2007 e R\$2.708 em 2006, tendo um aumento 2,18%.

Indicadores Econômico-Financeiros

Coeficiente	Formula	Unid	2007	2006
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,19	0,36
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	1,38	1,33
Liquidez Geral	$\frac{\text{A.Circ. + Realiz L/P}}{\text{P.Circ. + Exig. L/P}}$	%	0,66	0,72
Endividamento total	$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,52	0,52
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	%	0,16	0,13
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,86	0,84
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,77	0,65
Despesa Pessoal x Receita Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,19	0,19
Energia Comprada x Receita Líquida	$\frac{\text{Compra Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,52	0,50
Prazo Médio de Cobrança	$\frac{\text{Devedores}}{\text{Receita Bruta}}$	Dias	33,21	31,28
Prazo Médio de Pagamentos	$\frac{\text{Credores}}{\text{Compras}}$	Dias	32,04	32,71
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$	2.767	2.708
Lucro Líquido		R\$	2.340	2.021
Dividendos Creditados no ano		R\$	1.983	2.384
Juros s/Capital Próprio		R\$	413	543

Carazinho/RS 31 de dezembro de 2007



ROMEU GIACOMELLI
 Diretor Presidente
 CPF – 189.297.880-68



WILSON ANTONIO MOREIRA
 Diretor Comercial
 CPF – 273.937.200-00



RUI LUIZ TOSO
 Contador – CRC/RS 40.629
 CPF – 273.968.430-49



ARNO ARI HOMMERDING
 Diretor Adm/Financeiro
 CPF – 056.346.280-91



EUCLIDES MENEGUSSO
 Diretor Técnico
 CPF – 040.699.860-49

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S.A., dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, relativos ao ano de 2007, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembléia Geral.

Carazinho/RS, 25 de março de 2008


NERI ANTONIO DAL MOLIN
CPF - 008.291.610-15


DECIO ARTON JOST
CPF - 347.337.220-34


ENIO DINARTE XAVIER DA CRUZ
CPF - 063.710.270-34


SOLANGE BEATRIS CABRAL
CPF - 507.049.150-49


VITOR ANTONIO XAVIER DE MORAES
CPF - 424.003.440-87

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

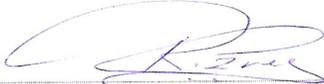
O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Carazinho S/A, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13o. dos Estatutos Sociais da Companhia e tendo como base o parecer do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 das Sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, submetendo-os à deliberação final da Assembléia Geral.

Carazinho/RS, 07 de abril de 2008


LUIZ CARLOS DAL CASTEL
Presidente
CPF - 154.137.300-63


ALEXIS SETTI
Vice-Presidente
CPF - 005.982.910-91


JOSÉ LUIZ ESPANHOL
Conselheiro
CPF - 138.038.910-00


RENATO DELLAZZANA CAVEDON
Conselheiro
CPF - 175.014.900-15


ORION VARGAS ALBUQUERQUE
Conselheiro
CPF - 666.677.200-87